# PSICOLOGIA SOCIAL NO BRASIL: ATUAÇÃO, DILEMAS E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Autor(res)**

Samuel Henrique De Paula

**Categoria do Trabalho**

Pesquisa

**Instituição**

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA (LEME/PIRASSUNUNGA)

**Introdução**

A Psicologia Social Brasileira construiu sua identidade a partir de um compromisso histórico com a transformação social e a crítica à desigualdade, movimento que se intensificou a partir dos anos 70 (Lane, 1984). Com a garantia constitucional da Assistência Social como direito universal (CF/88) e a subsequente estruturação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a partir dos anos 2000, o campo de atuação profissional sofreu uma expansão radical. O psicólogo social migrou dos espaços tradicionais para os serviços de proteção social básica e especial, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

Essa inserção massiva confere materialidade à função social da Psicologia, mas, como bem destacam Yamamoto e Oliveira (2010), exige a adequação de modelos teóricos e práticos. A atuação no SUAS confronta o psicólogo com a realidade da questão social brasileira – pobreza, violência, precarização de vínculos e demandando uma práxis que vá além do tradicional modelo clínico individualizante.

A Psicologia Social no SUAS deve buscar a promoção da cidadania e a garantia de direitos, compreendendo os fenômenos psicossociais a partir das determinações históricas e políticas (Lane, 1984). O desafio central, portanto, reside na superação do foco adaptacionista para uma intervenção que utilize a análise crítica das condições de vida e a prática grupal e comunitária como eixos de trabalho, conforme preconizado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2014) em suas referências técnicas para a área.

Este estudo propõe uma revisão sistemática focada em mapear e analisar criticamente a produção científica que aborda a atuação, os desafios e as inovações da Psicologia Social no âmbito exclusivo do SUAS.

**Objetivo**

Objetivo geral: analisar a inserção e a atuação da Psicologia Social no campo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil, identificando os principais desafios conceituais, metodológicos e práticos.

Objetivos específicos: mapear as áreas temáticas e os tipos de intervenção mais recorrentes da Psicologia Social.

**Material e Métodos**

O estudo adotará a metodologia de Revisão Bibliográfica com foco em pesquisas de natureza qualitativa e exploratória, buscando compreender quais são os principais dilemas e práticas da Psicologia Social brasileira na

sua atuação no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e como a literatura acadêmica tem abordado a relação entre formação e prática nesse contexto, no período de 2010 a 2025.

Para tanto, foram utilizadas as bases de dados: SciELO, PePSIC e LILACS; com recorte do período de janeiro de 2010 a agosto de 2025 (período pós-consolidação do SUAS). Foram utilizados os seguintes descritores para a realização da busca: psicologia social OR psicologia comunitária OR psicologia política; AND assistência social OR SUAS OR CRAS OR CREAS; AND atuação OR prática OR formação. Onde alguns critérios foram pensados para a inclusão ou exclusão: artigos originais; idioma português; estudos que abordem a prática ou reflexão sobre a atuação de psicólogos em serviços do SUAS; pesquisas empíricas ou ensaios teóricos com análise crítica da política social, refletindo a importância do contexto sócio-histórico (Lane, 1984).

## Resultados e Discussão

Os resultados demonstram que a atuação da Psicologia Social no SUAS é um dos pilares da profissionalização da assistência social brasileira, mas que essa inserção se dá em meio a tensões estruturais e conceituais significativas, conforme já mapeado por diversos autores (Yamamoto & Oliveira, 2010).

A literatura evidencia que a atuação nos CRAS e CREAS é predominantemente marcada pelo trabalho socioeducativo e em grupo, além do acolhimento e estudo social das famílias. O desafio crucial é a transição de um modelo de atenção individual para a intervenção no território e na rede socioassistencial.

Um achado constante (Senra, 2005; Oliveira et al., 2011) é a pressão burocrática para que o psicólogo atue de forma normatizadora, buscando o ajustamento das famílias aos padrões e condicionalidades dos programas sociais. A Psicologia Social, neste contexto, exerce uma função de resistência, buscando compreender os determinantes sociais do sofrimento e da exclusão, em vez de patologizar a pobreza. A prática bem-sucedida, portanto, é aquela que se pauta na construção de autonomia e no fortalecimento de vínculos comunitários.

Na Proteção Social Especial (CREAS), a atuação se concentra em situações de violação de direitos (violência, negligência, trabalho infantil), exigindo a mobilização de referenciais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o combate à cultura da violência. A pesquisa de Pauli (2017) e Coscioni et al. (2018), ao abordar a medida socioeducativa, aponta para a necessidade de um trabalho psicossocial que compreenda os adolescentes como sujeitos de direitos inseridos em contextos de exclusão social.

A atuação no SUAS é intrinsecamente ética e política, pois lida diretamente com as formas de expressão da desigualdade social.

A crítica de Martín-Baró (1998) sobre a psicologia da libertação ressoa no contexto brasileiro: existe o risco de psicologizar problemas sociais, transformando a ausência de direitos ou a pobreza em patologias individuais (como "desorganização familiar" ou "falta de motivação"). A Psicologia Social deve, inversamente, analisar as implicações psicossociais da pobreza crônica, como os sentimentos de vergonha e humilhação, e mediar a relação entre o usuário e o acesso a direitos (CFP, 2014).

Como aponta Djamila Ribeiro (2017), o profissional precisa estar atento ao seu próprio lugar de fala e às relações de poder que se estabelecem no serviço. O trabalho com grupos de mulheres, por exemplo, deve integrar a análise de gênero e raça como determinantes da vulnerabilidade social.

A tensão entre teoria e prática no SUAS é frequentemente atribuída à formação acadêmica. Pesquisas de Tibúrcio e Sales (2021), ao analisarem currículos de Psicologia, apontam que o debate sobre Políticas Públicas e o SUAS é, em muitos casos, marginalizado ou tratado superficialmente. Essa lacuna faz com que o psicólogo recém-formado chegue ao CRAS com forte referencial clínico e pouca base em Psicologia Comunitária, Psicologia Política e Análise Institucional.

O hiato entre o que é ensinado e o que é demandado na prática (Yamamoto & Oliveira, 2010) exige a criação de

espaços de formação e supervisão permanente nos serviços, onde o profissional possa construir um arcabouço teórico-metodológico adequado à realidade do SUAS, baseando-se em ações coletivas e de transformação.
A Psicologia Social no SUAS, portanto, é um campo de práxis onde a luta por direitos se manifesta no cotidiano do serviço, exigindo um profissional com postura crítica e capacidade de atuação em rede, para além da lógica adaptacionista.

## Conclusão

A revisão confirma que a atuação da Psicologia Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é fundamental, porém cercada por desafios estruturais e conceituais. O sucesso da prática depende da capacidade de superar o modelo clínico individualizante e de adotar uma práxis psicossocial crítica que enfrente a psicologização da pobreza e a pressão burocrática.
A literatura aponta a necessidade urgente de revisão curricular na formação para adequar o profissional às demandas de trabalho em rede e territorial do SUAS. Manter o compromisso ético-político e a função social da Psicologia.

## Referências

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

CFP. Referências Técnicas para Atuação do(a) Psicólogo(a) no SUAS. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2014.

COSCIONI, V. et al. Projetos de vida de adolescentes em medida socioeducativa de internamento. Ciências & Cognição, v. 23, n. 2, p. 233-247, 2018.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

LANE, Silvia T. M. A psicologia social e uma nova concepção de homem para o psicólogo. In: Lane, S. T. M.; Codo, W. (Orgs.). Psicologia Social: O Homem em Movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Psicologia da libertação. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Isabel F. et al. A prática psicológica na proteção social básica do Suas. Psicologia & Sociedade, v. 23, n. esp., p. 140-149, 2011.

SENRA, D. M. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. Psicologia & Sociedade, v. 17, n. 3, p. 30-40, 2005.

TIBÚRCIO, D. G.; SALES, A. S. As políticas públicas e atuação para o SUAS na formação do psicólogo no Paraná. Revista de Psicologia, v. 14, n. 2, p. 13-28, 2021.

YAMAMOTO, Oswaldo H.; OLIVEIRA, Isabel F. Política social e psicologia: uma trajetória de 25 anos. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 26, n. esp., p. 9-24, 2010.